



Número: **0805841-62.2019.8.15.0331**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição : **04/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes  |                    | Procurador/Terceiro vinculado   |   |
|---|--------------------|---|---|
| IVAN RODRIGUES DA SILVA (AUTOR)                               |                    | Francisco Israel Cardoso da Silva (ADVOGADO)<br>Marcos Vinícius Almeida dos Santos (ADVOGADO) |   |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO<br>DPVAT S.A. (RÉU) |                    |   |   |
| Documentos  |                    |   |   |
| Id.   | Data da Assinatura | Documento   | Tipo                                    |
| 25906486  | 04/11/2019 21:40   | <a href="#">Petição Inicial</a>   | Petição Inicial                         |
| 25906494  | 04/11/2019 21:40   | <a href="#">INICIAL - DPVAT - Ivan</a>  | Informações Prestadas                   |
| 25906495  | 04/11/2019 21:40   | <a href="#">1 - Procuração e documentos pessoais</a>  | Procuração                              |
| 25906496  | 04/11/2019 21:40   | <a href="#">2-Comprovante de provocação administrativa</a>                                    | Documento de Comprovação                |
| 25906497  | 04/11/2019 21:40   | <a href="#">3-Documents pessoais</a>  | Documento de Identificação              |
| 25906498  | 04/11/2019 21:40   | <a href="#">4 - Documento de Comprovação</a>  | Documento de Comprovação                |
| 26437074  | 22/11/2019 07:39   | <a href="#">Expediente</a>  | Expediente                              |
| 26513525  | 25/11/2019 22:01   | <a href="#">Documento de Comprovação</a>  | Documento de Comprovação                |
| 26513531  | 25/11/2019 22:01   | <a href="#">Guia Ivan - DPVAT</a>   | Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas |
| 27380856  | 10/01/2020 08:07   | <a href="#">Certidão</a>  | Certidão                                |
| 27687542  | 27/01/2020 17:28   | <a href="#">Despacho</a>  | Despacho                                |
| 27932075  | 03/02/2020 22:58   | <a href="#">Carta</a>   | Carta                                   |

EM PDF.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA  
MISTA DA COMARCA DE SANTA RITA /PB.**

**IVAN RODRIGUES DA SILVA**, brasileiro, casado, motorista, portador do RG nº. 1.188.259 SSP/PB e do CPF nº. 518.892.694-68, residente a Rua Simon Bolívar, 263, Tibiri II, Santa Rita/PB, por intermédio de seus mandatários *in fine* assinados, com escritório profissional encravado no rodapé desta peça de ingresso, onde recebe intimações e correspondências de estilo, vem, RESPEITOSAMENTE, à presença de V. Exª, propor **AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT**, nos termos do artigo 3ª e seguintes da Lei 6.194/74, e demais dispositivos legais aplicáveis à *espécie*, contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, estabelecida à Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP: 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões de fato e de direito que passar a expor:

### **I - DA JUSTIÇA GRATUITA**

A parte autora não possui condições financeiras para suportar as despesas do processo judicial, sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, que garante o acesso à justiça gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, c/c com o artigo 98 e seguintes do Novo CPC, que rege todo o instituto da gratuidade da justiça.

- 1 -

Rua Padre Lindolfo, 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB**; Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**; Rua João Vitorino Raposo, 19, Centro, **SANTA RITA/PB**. **TELEFONES:** (83) 3031-3859, 98832-2728 e 99136-8269. **E-MAIL:** cardosoadvocacia@hotmail.com.br  
**WWW.CARDOSOADVOCACIA.JUR.ADV.BR**



## **II – DO INTERESSE DE AGIR - DA PROVOCAÇÃO PRÉVIA POR VIA ADMINISTRATIVA - Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças**

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

### **APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.**

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do

- 2 -



RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).**

Contudo, para afastar qualquer dúvida quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve correção).

- 3 -



- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, o profissional tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder não paga os valores contratados, sempre pagando a valores menores, ou simplesmente, como é o caso, de não pagar qualquer valor, por sempre obstaculizar o recebimento do valor da apólice. (Comprovante em anexo)

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

- 4 -



Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas. No presente caso, o autor já esgotou todas as vias administrativas possíveis, conforme comprovantes em anexo, sendo assim plenamente possível a presente ação.

### **III – DO RESUMO PRÉVIO DOS FATOS**

Consoante restará demonstrado no decurso da demanda, a parte promovente foi vítima de ACIDENTE DE TRÂNSITO. **Todavia, a de se destacar que o autor enviou toda a documentação junto com o processo administrativo, o qual continua em posse da seguradora. Por tal, motivo não acompanha a presente ação.**

Ressalte-se, ainda, que a parte promovente buscou a via administrativa para obter o seguro, mas não logrou êxito, pois não recebeu a quantia correspondente ao valor da apólice, mesmo comprovando documentalmente a lesão permanente.

Evidentes, dessa forma, o acidente, e **diante de todo o ocorrido**, recorre a parte autora às barras da justiça, nos termos da lei.

### **IV – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

#### **IV.I. DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA**

Trata-se de ação de cobrança referente à indenização securitária – DPVAT -, por **INVELIDEZ PERMANENTE**.

A **Lei 6.194/74** dispõe sobre o **seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre** nos seguintes termos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por

- 5 -



pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa**, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

Art. 10. Os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem **as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de**

- 6 -





assistência médica e suplementares, que serão pagas diretamente ao beneficiário, observados os valores previstos nas normas vigentes, por pessoa vitimada.

A jurisprudência é uníssona nesse sentido:

**APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**  
**DPVAT - Interposição contra sentença que julgou procedente a ação de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT. Acidente com trator. Indenização por seguro obrigatório devida. Invalidez permanente do autor comprovada. Sentença mantida. Apelação não provida. DPVAT (3777973320108260000 SP 0377797-33.2010.8.26.0000, Relator: Mario A. Silveira, Data de Julgamento: 15/06/2011, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 20/06/2011)**

**APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIAÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO.(TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).**

**EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA**

- 7 -



**DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).**

Assim, faz jus a **concessão do seguro pleiteado**, nos termos da legislação acima descrita.

**IV – DOS PEDIDOS**

**POSTO ISSO, REQUER:**

1. A concessão do **benefício** da justiça gratuita, em virtude de não possuir condições de arcar com as despesas processuais, nos termos da Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, e, também, o art. 98 do CPC;
2. Seja recebido o presente, bem como todas as peças que a instruem, **julgando-a procedente** em todos os seus termos;
3. A citação do requerido, no endereço indicado, para que conteste a presente peça de ingresso, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria de fato;
4. A total PROCEDÊNCIA da ação com a condenação da promovida ao pagamento da importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, corrigidos e com juros moratórios desde o evento, nos termos da Súmula 54 do STJ, referentes ao seguro DPVAT;
5. Por se **tratar de matéria de direito**, REQUER o julgamento antecipado do mérito;
6. Seja condenado o réu em **custas processuais e honorários advocatícios** sobre o valor da causa.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito, de modo específico o depoimento pessoal da ré, testemunhas e juntada de documentos, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis.

- 8 -





Em consonância aos artigos 319, inciso VII, e 334, § 5º, do Código de Processo Civil, informa a parte demandante que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou de mediação.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Nesses termos,

Pede deferimento.

João Pessoa, 25 de outubro de 2019.

**FRANCISCA CARDOZO DA SILVA**

ADVOGADA

**FRANCISCO ISRAEL CARDOZO DA SILVA**

ADVOGADO

**MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA DOS SANTOS**

ADVOGADO

**DOCUMENTOS EM ANEXO:**

- 1- Outorga de poderes e declaração de pobreza
- 2- Documentos pessoais e comprovante de residência
- 3- Certidão hospitalar
- 4- Outros documentos

- 9 -

Rua Padre Lindolfo, 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB**; Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**; Rua João Vitorino Raposo, 19, Centro, **SANTA RITA/PB**. **TELEFONES:** (83) 3031-3859, 98832-2728 e 99136-8269. **E-MAIL:** cardozoadvocacia@hotmail.com.br  
[WWW.CARDOZOADVOCACIA.JUR.ADV.BR](http://WWW.CARDOZOADVOCACIA.JUR.ADV.BR)



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA JUDICIA"

**OUTORGANTE(S):** João Rodrigues da Silva, brasileiro, casado, portador da  
Título de Identidade sob o nº. 1.188.259, expedido pela SSP/PB, inscrito  
no CPF sob o nº. 518.892.694-68, residente e domiciliado na Rua Simon  
Bolívar, nº 263, Y-biri II, Santos Rita / PB

**OUTORGADOS:** FRANCISCA CARDOZO DA SILVA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº. 15011, e/ou FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 16769, e/ou DAVI CARDOZO SARAIVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 24651, todos com endereço profissional descrito no rodapé desta outorga, onde recebe notificações, citações e intimações de estilo.

**PODERES:** Para o fim de defender os interesses do(s) outorgante(s), que lhe confere amplos poderes para o foro em geral e para representá-lo(s) em repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e quaisquer outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive e especialmente perante o Instituto Nacional do Seguro Social, para tratar de assunto do seu interesse, assinando livros, requerimento, guias e documentos, requerer benefícios previdenciários e suas revisões, transformação, desistência, reafirmação de protocolo, parcelamento, confissões, alteração de dados especiais, cadastro, ficha, obter vista em procedimento administrativo ou fiscal, concordar ou recorrer de decisões administrativas, apresentar razões e contrarrazões, acompanhar os recursos e procedimentos em qualquer instância, tudo requerendo para defesa dos citados interesses, conferindo-lhe, ainda, poderes para, utilizando dos recursos judiciais legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizado a **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do art. 105 do CPC, prestar compromisso, declarações e acordo, receber alvará judicial, RPV e precatórios**, deduzindo e compensando os seus por despesas de verbas honorária contratual e as decorrentes da sucumbência, nas respectivas prestações de contas ou depósitos judiciais, **agindo em conjunto ou separadamente**, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem, com **poderes para renunciar, sobretudo os valores que excederem o teto do Juizado Especial Federal ou Estadual** no afã de utilização de seu rito célere, praticando todos os atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho do presente mandato, dando por bom, firme e valioso.

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA:** Desejando obter os benefícios da gratuidade da justiça, declara(m) o(s) outorgante(s), sob as penas da lei, que não possui(em) recursos suficientes para custear qualquer demanda sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 do CPC, declarando, ainda, ser(em) conhecedor(es) das sanções administrativas, civis e penais advindas de inverdades da presente declaração.

João Pessoa / PB, 02 de outubro de 2019.

  
OUTORGANTE(S)



## SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, **SUBSTABELEÇO** ao **Dr. MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 17.746, com escritório em destaque no rodapé, nos poderes contidos na procuração “*ad judicia*” que me foi outorgada por **IVAN RODRIGUES DA SILVA – RG: 1.188.259- SSP/PB e CPF: 518.892.694-68**, para fins de ajuizamento e atuação em processo de PARTILHA DE BENS, **COM RESERVA DE PODERES**.

João Pessoa/PB, **02/10/2019**.



**FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA**

*ADVOGADO - OAB/PB 16.769*



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

INTERPRINT LTDA

VÁLIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

1096034785

NOME  
IVAN RODRIGUES DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
1188259 SSP PB

CPF  
518.892.694-68 DATA NASCIMENTO  
20/01/1968

FILIAÇÃO  
OSCAR RODRIGUES DA  
SILVA  
MARIA DAS DORES DA  
SILVA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.  
AD

Nº REGISTRO  
01670187130 VALIDADE  
08/06/2020 1ª HABILITAÇÃO  
10/01/1987

Ministério da Fazenda  
Receita Federal  
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número  
518.892.694-68

Nome  
IVAN RODRIGUES DA SILVA

Nascimento  
20/01/1968





OBSERVAÇÕES

*João Pessoa, PB*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: JOÃO PESSOA, PB DATA EMISSÃO: 09/06/2015

ASSINATURA DO EMISSOR

88090615846  
PB030804493

DETRAN - PB (PARATIBA)

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1096034785





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 2019

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3190259504

Vítima: IVAN RODRIGUES DA SILVA

Data do Acidente: 03/11/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), IVAN RODRIGUES DA SILVA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você





ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
As: 30301149 - AC SANTA RITA  
SANTA RITA - PB  
CNPJ....: 34028316372590 Ins Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE (2a. Via)

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU  
CNPJ/CPF.....: 09248608000104  
Doc. Post.....: 319454852  
Contrato....: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709  
Cartao....: 62267855

Movimento...: 28/03/2019 Hora.....: 10:17:34  
Caixa.....: 90973755 Matrícula...: 84777176  
Lancamento...: 016 Atendimento: 00003  
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete...: 1620026480

| DESCRIÇÃO                                    | QTD.  | PREÇO(R\$) |
|--|-------|------------|
| SEGURO DPVAT ATE 30                          | 1     | 23,26+     |
| Valor do Porte(R\$)...                       | 23,26 |            |
| Peso real (G).....                           | 120   |            |
| CNPJ/CPF Remet : 51889269468                 |       |            |
| Nome Remetente.: Ivan rodrigues da silva     |       |            |
| Endereco Remet.: AVENIDA Avenida João Pessoa |       |            |
| Cont Endereco...: a,263 - Municipios         |       |            |
| Cep Remetente...: 58302-000                  |       |            |
| Cidade Remet....: SANTA RITA                 |       |            |
| UF Remet.....: PB                            |       |            |
| POSTAL RESPOSTA DPV                          | 1     | 29,00+     |
| Valor do Porte(R\$)...                       | 29,00 |            |
| Cep Destino: 20031-205 (RJ)                  |       |            |
| Peso real (G).....                           | 120   |            |
| OBJETO.....: DY062071112BR                   |       |            |

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 52,26

Valor Declarado não solicitado(R\$)  
No caso de objeto com valor,  
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima  
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante  
apresentação de fatura. Os valores constantes  
deste comprovante poderao sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:  
Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!  
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios  
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete  
deste comprovante, para eventual contato com  
os Correios.

VIA-CLIENTE SARA 7.8.01



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
IVAN RODRIGUES DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
1188259 SSP PB

CPF  
518.892.694-68 DATA NASCIMENTO  
20/01/1968

FILIAÇÃO  
OSCAR RODRIGUES DA  
SILVA  
MARIA DAS DORES DA  
SILVA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.  
AD

NP REGISTRO  
01670187130

VALIDADE  
08/06/2020

1ª HABILITAÇÃO  
10/01/1987

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1096034785

Ministério da Fazenda  
Receita Federal  
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número  
518.892.694-68

Nome  
IVAN RODRIGUES DA SILVA

Nascimento  
20/01/1968



OBSERVAÇÕES

*João Pessoa, PB*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: JOÃO PESSOA, PB DATA EMISSÃO: 09/06/2015

ASSINATURA DO EMISSOR

88090615846  
PB030804493

DETRAN-PB (PARATIBA)

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1096034785





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

---

**Rio de Janeiro, 09 de Outubro de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190259504**

**Vítima: IVAN RODRIGUES DA SILVA**

**Data do Acidente: 03/11/2017**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO**

**Senhor(a), IVAN RODRIGUES DA SILVA**

Informamos que não recebemos a documentação complementar solicitada necessária à análise do pedido do Seguro DPVAT.

Como o prazo de 180 (cento de oitenta) dias concedido para a entrega dos documentos terminou, o seu pedido foi cancelado.

Para a reabertura do pedido do Seguro DPVAT, retorne ao ponto de atendimento onde o seu processo foi iniciado para apresentar os documentos já solicitados.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 01763/01764 - carta\_16 - INVALIDEZ

00020882



Carta nº 14861347



**0805841-62.2019.8.15.0331**

AUTOR: IVAN RODRIGUES DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**INTIMAÇÃO VIA SISTEMA**

De Ordem da MM. Juíza de Direito desta Unidade Judiciária, Dra. Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa Veloso de França, intimo a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 15(quinze)dias, juntar guia de custas, conforme Art.307,II, do Código de normas judiciais CGJ nº 49/2019, ainda que tenha sido requerido o benefício da justiça gratuita.

Santa Rita, 22 de novembro de 2019

**ANA CLAUDIA CAVALCANTE DE ARRUDA OLIVEIRA**

Técnica Judiciária



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DA  
COMARCA DE SANTA RITA /PB.**

**PROCESSO Nº. 0805841-62.2019.8.15.0331**

**IVAN RODRIGUES DA SILVA**, já qualificado nos autos da presente **AÇÃO DE  
COBRANÇA - DPVAT**, que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS  
CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, vem por intermédio de seus advogados, em resposta ao  
despacho de Vossa Excelência, requerer a juntada da guia de custas processuais em anexo.


Nestes termos,  
pede deferimento.


João Pessoa, 25 de novembro de 2019.



**MARCOS VINICIUS ALMEIDA DOS SANTOS**

**OAB/PB 17.746**



|  |                               |   |   |
|--|-------------------------------|---|---|
|  <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b><br>Guia de Recolhimento de Custas e Taxas<br>Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98<br>(Via da parte) |                               |   | <b>Número do boleto:</b><br>033.5.19.01522/01 |
|  |                               |   | <b>Data de emissão:</b><br>25/11/2019         |
| <b>Nº do Processo:</b>   | <b>Comarca:</b><br>Santa Rita | <b>Classe Processual:</b><br>PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | <b>Data de vencimento:</b><br>30/11/2019      |
| <b>Número da guia:</b> 033.2019.601522 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias   |                               |   | <b>UFR vigente:</b><br>R\$ 50,63              |
| <b>Detalhamento:</b><br>- Custas Processuais: R\$ 1.012,60 <b>Promovente:</b> IVAN RODRIGUES DA SILVA<br>- Taxa Judiciária: R\$ 202,50<br>- Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO                  |                               |   | <b>Conta FEJPA:</b><br>1618-7/228.039-6       |
|  |                               |   | <b>Parcela:</b><br>1/1                        |
|  |                               |   | <b>Valor total:</b><br>R\$ 1.216,45           |
|  |                               |   | <b>Desconto total:</b><br>R\$ 0,00            |
| 866000000129 164509283184 520191130035 351901522018<br>   |                               |   | <b>Valor final:</b><br>R\$ 1.216,45           |

|   |                               |   |   |
|---|-------------------------------|---|---|
|  <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b><br>Guia de Recolhimento de Custas e Taxas<br>Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98<br>(Via do processo) |                               |   | <b>Número do boleto:</b><br>033.5.19.01522/01 |
|   |                               |   | <b>Data de emissão:</b><br>25/11/2019         |
| <b>Nº do Processo:</b>  | <b>Comarca:</b><br>Santa Rita | <b>Classe Processual:</b><br>PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | <b>Data de vencimento:</b><br>30/11/2019      |
| <b>Número da guia:</b> 033.2019.601522 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias  |                               |   | <b>UFR vigente:</b><br>R\$ 50,63              |
| <b>Promovente:</b> IVAN RODRIGUES DA SILVA <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT  |                               |   | <b>Conta FEJPA:</b><br>1618-7/228.039-6       |
| <b>Detalhamento:</b>  |                               |   | <b>Parcela:</b><br>1/1                        |
|   |                               |   | <b>Valor total:</b><br>R\$ 1.216,45           |
|   |                               |   | <b>Desconto total:</b><br>R\$ 0,00            |
|   |                               |   | <b>Valor final:</b><br>R\$ 1.216,45           |

|  |                               |   |   |
|--|-------------------------------|---|---|
|  <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b><br>Guia de Recolhimento de Custas e Taxas<br>Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98<br>(Via do banco) |                               |   | <b>Número do boleto:</b><br>033.5.19.01522/01 |
|  |                               |   | <b>Data de emissão:</b><br>25/11/2019         |
| <b>Nº do Processo:</b>   | <b>Comarca:</b><br>Santa Rita | <b>Classe Processual:</b><br>PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | <b>Data de vencimento:</b><br>30/11/2019      |
| <b>Número da guia:</b> 033.2019.601522 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias   |                               |   | <b>UFR vigente:</b><br>R\$ 50,63              |
| <b>Detalhamento:</b><br>- Custas Processuais: R\$ 1.012,60 <b>Promovente:</b> IVAN RODRIGUES DA SILVA<br>- Taxa Judiciária: R\$ 202,50<br>- Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO                    |                               |   | <b>Conta FEJPA:</b><br>1618-7/228.039-6       |
|  |                               |   | <b>Parcela:</b><br>1/1                        |
|  |                               |   | <b>Valor total:</b><br>R\$ 1.216,45           |
|  |                               |   | <b>Desconto total:</b><br>R\$ 0,00            |
| 866000000129 164509283184 520191130035 351901522018<br>   |                               |   | <b>Valor final:</b><br>R\$ 1.216,45           |





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 033.2019.601522

**Data Vencimento:** 30/11/2019

**Data Emissão:** 25/11/2019

**Comarca:** Santa Rita

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** IVAN RODRIGUES DA SILVA

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

**Valor da Causa:** R\$ 13.500,00

**Despesas Processuais:** R\$ 0,00

**Custas:** R\$ 1.012,60

**Taxa:** R\$ 202,50

**Total da Guia:** R\$ 1.215,10

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**







Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Mista de Santa Rita

PÇ ANTENOR NAVARRO, CENTRO, SANTA RITA - PB - CEP: 58300-010

---

Número do Processo: 0805841-62.2019.8.15.0331  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ S E G U R O ]  
Polo ativo: AUTOR: IVAN RODRIGUES DA SILVA  
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, o autor juntou aos autos a documentação solicitada, guia de custas iniciais, conforme se vê no documento de ID 26513531, no prazo legal. Sendo assim, faço CONCLUSÃO dos presentes autos ao(a) MM. Juiz(a) para as providências cabíveis.

SANTA RITA, 10 de janeiro de 2020  
ANA CLAUDIA CAVALCANTE DE ARRUDA OLIVEIRA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0805841-62.2019.8.15.0331

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Nos termos do art. 238<sup>1</sup>, CPC, **CITE-SE** a parte promovida, com a contrafé e cópia deste despacho, para no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia e, caso positivo, **REMETA-SE** ao CEJUSC para as providências devidas.

Do contrário, não havendo interesse em audiência de conciliação prévia, fica intimada a parte promovida para, no mesmo prazo anterior, oferecer defesa, nos termos do art. 335, III<sup>2</sup> c/c 231, I<sup>3</sup>, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

Ademais, ocorrendo a hipótese de desinteresse em audiência de conciliação prévia em que a parte promovida opta pela apresentação da peça defensiva, conforme supra, nos termos do art. 465, caput<sup>4</sup>, CPC/2015 e em face do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO 015/2014 ENTRE O PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL E A PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO DE SEGURADORAS em razão de demandas dessa natureza, de antemão, **NOMEIO(a) Dr(a).**

**ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA**

**Profissão/Área:**

Médico/DPVAT MEDICINA DO TRABALHO E  
GERIATRIA

**Endereço:**

Escrivão Sebastião de Azevedo Bastos, 496, RDIFÍCIO VALLE VIZCAIA  
,APTO 2101, Manaíra, João Pessoa/PB, 58038-491

**Telefone:**

(83) 98765-6296

**Email:**

dr.rosanaduarte@ig.com.br

como perito(a) do Juízo,

devendo cumprir o encargo

obedecendo as advertências do art.



466, caput<sup>5</sup>, CPC/2015, observando as determinações dos §§<sup>6</sup>1º e 2º, do mesmo dispositivo normativo, **ficando intimada a parte promovida** para, querendo, no mesmo ato, apresentar manifestação consoante art. 465<sup>7</sup>, §1º, I a III, CPC/2015, bem como recolher o valor dos honorários periciais, os quais arbitro em **R\$ 200,00 (duzentos reais)** e, ato contínuo, nesta mesma hipótese, **INTIME-SE a parte promovente** para, querendo, apresentar manifestação quanto aos mesmos termos, no mesmo prazo.

Escoado o prazo e recolhido o valor dos honorários periciais, **INTIME-SE PESSOALMENTE** a perita nomeada para dizer se aceita o encargo e, aceitando, designar o ato com prazo mínimo de 15 (quinze) dias, não excedente a 30 (trinta) dias, devendo entregar o laudo pericial no prazo de 05 (cinco) dias, após o exame.

Aceito o encargo e designado o dia, nos termos do art. 474<sup>8</sup>, CPC/2015, **INTIME-SE** as partes para realização do ato no dia, hora e local designados.

Ato contínuo, juntado o laudo nos autos, **INTIME-SE** as partes para, querendo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, conforme art. 477, §1º<sup>9</sup>, CPC/2015, apresentar manifestações, informando sobre a possibilidade de transação em comum acordo e/ou indicar outras provas, sob pena de julgamento antecipado do feito, nos termos do art. 355, I<sup>10</sup>, CPC/2015.

Escoado o prazo à cima e não havendo impugnações, **EXPEÇA-SE ALVARÁ** à perita nomeada e **INTIME-SE** pessoalmente para levantamento, entregando-o(a) mediante recibo nos autos e se houver indicação de conta para transferência, **OFICIE-SE** ao banco, juntando o extrato da transferência nos autos, bem como, **QUANTO AO FLUXO DO PROCEDIMENTO**, não havendo requerimento de audiência de conciliação ou de produção de outras provas, **CERTIFIQUE-SE** o decurso e faça-se **CONCLUSOS** para julgamento.

SANTA RITA, 24 de janeiro de 2020

Juiz(a) de Direito

<sup>1</sup>(CPC/2015) Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

<sup>2</sup>(CPC/2015) Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: (...) III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.



3(CPC/2015) Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo: I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

4(CPC/2015) Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

5(CPC/2015) Art. 466. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.

6(CPC/2015) Art. 466. § 1º Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição. § 2º O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

7(CPC/2015) Art. 465, §1º. I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

8(CPC/2015) Art. 474. As partes terão ciência da data e do local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova.

9(CPC/2015) Art. 477. § 1º As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

10(CPC/2015) Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCESSO Nº 0805841-62.2019.8.15.0331

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[SEGURO]

AUTOR: IVAN RODRIGUES DA SILVA  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CARTA DE CITAÇÃO**

De ordem da MM Juíza de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 238, CPC, **CITO**

**Nome:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Endereço:** R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da ação supra, e, no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia.

Do contrário, não havendo interesse em audiência de conciliação prévia, fica intimada a parte promovida para, no mesmo prazo anterior, oferecer defesa, nos termos do art. 335, III c/c 231, I, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

OBS: A parte demandante informa que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou de mediação.

ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a).

Encaminha-se anexa cópia da petição inicial.

SANTA RITA-PB, 3 de fevereiro de 2020.

ANA CLAUDIA CAVALCANTE DE ARRUDA OLIVEIRA  
Técnico Judiciário



**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

19110421385985200000025037166

**VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

2001241513125600000026713240

